

ACTA N.º 7/2002 – Reunião de 03 de Outubro de 2002

-----**SESSÃO ORDINÁRIA:**-----
-----**REUNIÃO DE DIA 03 DE OUTUBRO DE 2002**-----
-----**ACTA NÚMERO SETE / DOIS MIL E DOIS**-----

-----**COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – José Júlio Martins Barreiras; **Segundo Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício.-----

-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Lúcia Maria Silva Poseiro (P.S.D.), Abel José Marques Bruno Henriques (B.P.), Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (P.S.), José Júlio Martins Barreiras (P.S.D.), José Alexandre Fonseca (B.P.), Maria Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira (C.D.U.), Armando Salvador Maia Fonseca (P.S.), Carlos Fernando faria Duarte (P.S.D.), Fernando Manuel Rodrigues Venâncio (B.P.), Carlos João F. pereira Fonseca (P.S.D.), Vítor Manuel Ferreira Fonseca (P.S.), Cândido Manuel Patuleia Mendes (B.P.), Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (P.S.D.), António Maria Costa Timóteo (C.D.U.), Vítor Fernando Soares Garcia (C.D.S./P.P.), Susana Paula Geraldês Trindade Manco (P.S.), Nuno Manuel Mota Silva (P.S.D.), Marlene Sofia Fortunato Veloso (B.P.), João Paulo Hermenegildo (P.S.D.), José António Olliveira Gordinho Leonardo (B.P.), João Manuel Cordeiro Alves (C.D.S./P.P.), José Manuel Gonçalves Vieira (P.S.D.), José João Jesus Ferreira (P.S.D.), Eugénia Maria Piteira Leal (P.S.), Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (B.P.) e Joaquim Marcos Henriques (B.P.).-----

-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal António Carlos Albuquerque Álvaro, os senhores vereadores Luis Alberto Camilo Duarte, António José Silva Faustino, Jorge Manuel Costa Pereira, João Carlos Barreiras Duarte e Rui Fernando Figueiredo Viola, a Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Marina Melo Marques Lemos e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Tabora Ferreira.-----

-----Pelas 21.35 horas o senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão que decorreu na sede da Associação, Cultural, Desportiva e Recreativa do Cintrão.-----

-----Aberta a sessão o senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que logo na primeira semana de Setembro, conjuntamente com o senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral, foi marcada a data da sessão da Assembleia Municipal. Uma semana antes da data do envio da convocatória procurou saber qual a situação dos assuntos a agendar em ordem do dia, mas essa altura ainda não havia qualquer requerimento por parte da Câmara Municipal. Na véspera do último dia para convocar a sessão dirigiu-se novamente aos serviços, tendo sido informado que já havia requerimento da Câmara mas ainda não havia documentos. Deu instruções para a convocatória ser enviada no dia seguinte com os pontos requeridos, até ao prazo de 48 horas antes da sessão, serem entregues todos os documentos. Durante essa semana foi acompanhando o evoluir da situação. No dia 25 de Setembro, á tarde, dirigiu-se á Câmara Municipal para verificar se os documentos estavam ou não em ordem. Constatou que os serviços andavam aflitos a tirar as fotocópias necessárias dado os documentos terem sido recebidos pouco antes. A situação não lhe agradou e manifestou esse desagrado ao senhor Presidente da Câmara. Foi-lhe garantido que tudo seria entregue nesse mesmo dia. Na passada Sexta-feira houve deputados que manifestaram insatisfação por só terem recebido os documento na véspera. Se na última sessão tivessem chegado aos pontos em questão iriam analisar a situação. Contudo a reunião foi suspensa e vão continuar hoje pelo que lhe parece que em função do decurso do tempo o vício que houvesse se encontra sanado, pelo que a mesa, por unanimidade, não aceita os requerimento de retirada dos pontos 4, 5 e 6 da ordem do dia. Quanto ao facto dos

ACTA N.º 7/2002 – Reunião de 03 de Outubro de 2002

requerimentos referirem que a documentação deve ser entregue em conjunto com a convocatória, lembrou que a lei refere a possibilidade de entrega dos documentos dois dias antes da sessão. É entendimento da Mesa que essa é uma norma imperativa e portanto não pode ser derrogada pelo Regimento. Foi levantado um outro tipo de questão – que os documentos não seriam elucidativos. Essa é uma situação que diz respeito aos documentos que o grupo gostaria de consultar mas isso não acarreta a retirada dos pontos da ordem do dia.

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) recorreu da decisão da Mesa para o plenário. Não concorda em absoluto que se trate de uma norma imperativa mas sim duplamente supletiva. O artigo 87.º versa sobre o envio da ordem do dia e documentação. É uma norma geral e no que se refere a Assembleia Municipal existe uma norma especial. A lei não é imperativa para não se estabelecerem períodos maiores. É imperativa para períodos mais pequenos. Esta Assembleia Municipal aprovou o regimento e a norma tem cabimento legal. Mas existe a questão política. Não estão aqui para ser a última fase de um processo camarário. Têm recebido da parte do partido que apoia a Câmara Municipal manifestações de desrespeito pela Assembleia Municipal. Lembrou que a Câmara Municipal ignorou completamente a recomendação acerca da discussão pública dos terrenos da AGRIA e o senhor presidente da Câmara tem vindo a responder com ar maçado as questões que lhe são colocadas. Citou diversas situações de desrespeito para com a Assembleia Municipal. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) disse esperar que o tempo intervenção do senhor Abel Henriques (B.P.) seja descontado do tempo que este grupo tem para intervir. Manifestou o desagrado do P.S.D. pela forma abusiva como se transformou um período que a lei e o regimento estabelecem ter a duração máxima de sessenta minutos num período com quase quatro horas. Apelou á Mesa que faça cumprir as normas. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que a Mesa mantém a sua decisão. Não pretende transformar as sessões da Assembleia numa sala de tribunal. Lembrou que a lei estabelece a possibilidade de se pedir a inclusão de pontos na ordem do dia até 5 dias antes da realização das sessões. -----

-----Colocado á votação o recurso da decisão da Mesa de não aceitar os requerimentos de retirada dos pontos 4, 5 e 6 da ordem do dia, verificaram-se 10 votos a favor (8 do B.P. e 2 do C.D.S./P.P.), 6 abstenções (4 do P.S. e 2 da C.D.U.) e 10 votos contra (9 do P.S.D. e 1 do senhor Presidente da Assembleia). O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usou o voto de qualidade para rejeitar o recurso apresentado.-----

-----**INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CAMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA:** O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação da A.M.O. sobre a aprovação de projectos e informou que irá ser feita a desdobragem das questões da alteração ao P.D.M. em dois processos.-----

-----A D. M.º Los Angeles (C.D.U.) disse que depois de analisarem a informação recebida consideram que a mesma melhorou substancialmente. Concluíram que de Junho para cá houve pequenas obras e no resto continuam na mesma. Analisando as contas apresentadas vêem que o saldo das despesas e receitas de capital é de € 471.862 quando em Junho era de € 364.842,93. Obras não viram que justificassem o aumento do endividamento. Se os documentos os deixam preocupados, a forma como se continua a trabalhar é vincada nos mesmos. -- -----

-----O senhor Fernando Venâncio (B.P.) referiu que pelos dados que dispõe a Câmara baixou a sua dívida em 284 mil contos desde o início do ano, o que é extraordinário. Vê que não houve endividamento na banca. Gostava de saber como é que isto foi possível em virtude das

ACTA N.º 7/2002 – Reunião de 03 de Outubro de 2002

receitas não terem aumentado. Relativamente aos empréstimos solicitou informação sobre o que está por utilizar nos empréstimos de 255.000 contos na C.GD. e de 25.000 contos no B.T.A. porque isso tem a ver com a capacidade de endividamento da autarquia. Questionou qual a razão de na informação fornecida quanto á despesa efectuada se referir “efectivamente paga”. Considerou triste que a Câmara Municipal ainda não esteja a trabalhar com o POCAL, situação que considera gravíssima. -----

-----O senhor Presidente da Câmara tomou nota das questões colocadas e disse que por falta de apoio no momento não lhe é possível responder. No que toca aos elementos contabilísticos disse que desde há anos que se verifica que as receitas correntes são superiores ás despesas correntes donde resulta a sua aplicação em investimentos. No que toca ao POCAL lamenta que a utilização do orçamento não seja ainda o de 2002 mas sim o de 2001. A circunstância tardia da aprovação do orçamento em Julho e não em Abril é um elemento de dificuldade. Apesar de todos lamentarem que a autarquia não esteja ainda a aplicar o POCAL existem ainda outras autarquias na mesma situação. Compromete-se a enviar por escrito os elementos solicitados. -----

-----O senhor Manuel Patuleia (B.P.) considerou ter acabado de receber uma roda de estúpido há semelhança dos outros 25 membros da Assembleia. O Presidente da Câmara não sabe dizer o que está a fazer com quase 300 mil contos de empréstimo. Não admite a forma como o estão a tratar. -----

-----A D. Susana Manco (PS.), relativamente a Comissão de Acompanhamento da Execução do Orçamento, ficou provada a necessidade do seu funcionamento a 120% e com os devidos documentos. Na reunião da comissão a responsável pela Divisão Financeira fez a justificação possível quanto ao atraso na aplicação do POCAL, porque o ano passado a divisão estava a funcionar com 5 funcionários e agora está a funcionar com 3 funcionários e 2 estagiários. Se não existe pessoal suficiente para pôr o POCAL a funcionar em dois meses a culpa não é deles. Deve a sua casa ao banco e tem de saber, no mínimo, quanto é que deve. O Presidente da Câmara está a gerir uma casa que é de todos. Teve imensa dificuldade em compreender as explicações. Realça que, do que resulta das diversas informações, se não tivesse havido Festival do Vinho e Feira da Pêra, os trabalhadores da autarquia não teriam tido trabalho. Referiu a percentagem de tempo dos diversos sectores utilizado nestes dois certames, considerou que as elevadas percentagens significam que o concelho não precisa de outras obras. Solicitou esclarecimentos sobre os apoios ao Festival de Musica. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (B.P.) disse que gostaria que o senhor Presidente da Câmara tivesse respondido de forma mais clara principalmente quanto á estratégia de redução da dívida. Como analista de contas pensa que a Câmara não está em situação catastrófica e gostaria de saber qual é a estratégia. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que apesar de procurarem trazer á colação que falta ao respeito á Assembleia, tal não lhe pesa na consciência. Ás intervenções inflamadas é capaz de responder de forma inflamada. Costuma dizer o que pensa e pensar o que diz. Quando diz que trará todos os esclarecimentos quanto aos empréstimos não está a ser desrespeitoso mas é porque neste momento não tem elementos para responder justificadamente. A sua actividade e a do município são transparentes. A sua justificação não é de fuga mas sim de compromisso. O empenho dos funcionários no Festival do Vinho é uma actividade tão importante como outras, existindo de facto algum atraso no arranjo de caminhos e de algumas escolas, mas tem de fazer algumas opções. Tem procurado pagar aquilo que os recursos financeiros permitem e isso também tem a ver com o pagamento de algumas obras participadas pelos fundos comunitários. Está certo que irá procurar não falhar no

ACTA N.º 7/2002 – Reunião de 03 de Outubro de 2002

cumprimento dos compromissos. Referiu não ter sido convidado para estar presente na reunião da comissão do orçamento, não faz questão disso mas não é a sua presença que vai intimidar os funcionários.-----

-----O senhor vereador João Carlos Duarte informou que para o Festival de Musica conseguiu patrocínios da Báltico (240 contos), Renault (480 contos), Tecneira (1000 contos) e Banco Nacional de Crédito Imobiliário (240 contos), sendo que a verba da Renault irá ser paga directamente num dos espectáculos, pelo que dos 3000 contos previstos a Câmara irá gastar cerca de 1.500 contos de verbas próprias. Os outros apoios são através de publicidade gratuita. Houve um esforço para obter mais apoios mas várias empresas não se disponibilizaram. Julga que o resultado é bom.-----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça solicitou esclarecimentos sobre a drenagem do caminho agrícola da Columbeira / Baraçais, dias do corta caniços na sua freguesia, cemitério da Roliça, arranjo do Largo de São Mamede e situação das águas da chuva em São Mamede.-----

-----O senhor Victor Garcia (C.D.S./P.P.) lamentou as respostas do senhor Presidente da Câmara que parece ficar ofendido com as perguntas que lhe fazem. Não está disposto a essas situações. Precisam de estar elucidados para virem convenientemente esclarecidos. Precisam que a Câmara cumpra com as suas obrigações para com a Comissão do Orçamento. É com tristeza que vêem que o Bombarral não se está a gerir pelo POCAL. Não está para aprovar coisas sobre as quais não está informado.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo, solicitou esclarecimentos sobre a obra da Rede de Esgotos das Gamelas, uma vez que, desde que exercer o cargo, nunca lá viu ninguém a trabalhar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara lamentou que ainda não tenha sido enviado ao ICERR o projecto de saneamento de São Mamede, mas amanhã irá providenciar que tal suceda. Quanto ao corta caniços o que está incluído são as horas normais de funcionamento. O cemitério da Roliça é um problema gravoso e após a apanha da fruta irá desenvolver contactos com o proprietário do terreno contíguo. Vai ser feita a drenagem da estrada Columbeira / Baraçais. As obras previstas na proposta de empréstimo prendem-se com o orçamento de 2003. Quanto ao saneamento das Gamelas, de facto os trabalhos têm estado interrompidos apesar das notificações efectuadas á empresa adjudicatária para reiniciar os trabalhos.-----

-----A D. Susana Manco (P.S.) manifestou a sua satisfação pelo facto do pelouro da cultura ter ido buscar apoios para o Festival de Musica. Referiu que o orçamento de 2002 tem € 0 previstos para este evento.-----

-----O senhor Fernando Venâncio (B.P.) disse que era pertinente saber se os valores constantes da informação que lhe foi enviada porque se estão então a Câmara tem saúde financeira. Em relação ao POCAL vem trazer uma nova contabilização aos diversos documentos pelo que a análise vai ser diferente.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo lembrou que vão ser construídos passeios no Vale Covo e já reuniu com a Direcção de Estradas para analisar a questão das valetas. A obra já está adjudicada e deve-se ter em conta esta situação porque se não daqui a uns anos estamos a ter de fazer de novo.-----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia do Pó disse que tirando a escola primária e o polidesportivo não estão a ser feitas mais obras no Pó. Considerou relevante que o senhor Presidente da Câmara tenha ido ao Pó acompanhado de um técnico do Governo por causa das obras de NS na igreja do Pó e não lhe tenha dito nada quando a obra não é da Câmara.-----

ACTA N.º 7/2002 – Reunião de 03 de Outubro de 2002

-----O senhor Presidente da Câmara disse que o saneamento do Vale Covo não irá ser feita pelos passeios. Quanto á questão colocada pela senhora Presidente da Junta de Freguesia do Pó disse que de facto acompanhou o senhor eng. Amilcar á obra no Pó. Pediu para ligarem á senhora Presidente e ao pároco a avisar desta visita. O senhor Fernando Venâncio tem razão quanto á leitura real e á aplicabilidade. Tem procurado ser persistente na recuperação do atraso e colocou todos os meios a disposição dos serviços. -----

-----O senhor vereador João Carlos Duarte, relativamente a verba para o Festival de Musica, disse que se calhar a D. Susana Manco está a ver a rubrica errada porque a verba aprovada é de 3.000 contos. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça disse que gostava de saber a situação do emanilhamento no Vale Grou e dos esgotos domésticos em São Mamede junto ao chafariz. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral disse esperar que a sua freguesia não seja esquecida. As pequenas obras também são importantes. No inicio da sessão esteve com um grupo de moradores na Av. Dr. Joaquim Albuquerque que pretendem a colocação de sinais de estacionamento de duração limitada. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) disse que este ponto da ordem do dia está interessante mas parece transformado numa extensão do período antes da ordem do dia e assim nunca mais se chega a lado nenhum. -----

-----Quanto á calendarização dos serviços do Festival do Vinho o senhor vereador João Carlos Duarte disse que a estrutura da Câmara é a mesma para estes eventos e para a montagem de festas nas aldeias, mas nem todos os carpinteiros, pedreiros e electricistas estão a trabalhar no Festival do Vinho. Se é isso que está nos mapas então estão errados. -----

----- **FIXAÇÃO DA TAXA DA CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA:** Foi presente a seguinte proposta da Câmara Municipal: “Nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Código da Contribuição Autárquica, aprovado pelo Decreto-lei n.º 442-C/88, de 30 de Novembro, cabe ao município definir anualmente a taxa aplicável relativamente aos prédios urbanos, dentro dos limites de 0,7 % a 1,3% (artigo 16.º n.º 1 alínea b) da Lei n.º 52-C/96). Nos termos da parte final do referido n.º 1 do artigo 17.º do Código da Contribuição Autárquica, a deliberação da Assembleia Municipal deve ser comunicada à Direcção Geral das Contribuições e Impostos até 31 de Dezembro do ano a que respeita a contribuição ou, na sua falta, a contribuição será liquidada por aplicação da taxa mínima. Neste termos, a Câmara Municipal de Bombarral, em sua reunião de 09.09.2001, deliberou apresentar à aprovação da Assembleia Municipal a fixação da taxa de 1,1% para a liquidação da Contribuição Autárquica relativa aos prédios urbanos e 0,8% para os prédios rústicos a liquidar no ano 2003.” -----

-----O senhor Presidente da Câmara informou que estava previsto cobrar € 433.954,17 e até ao momento foram recebidos € 330.979,49. -----

-----A D. M.^a Los Angeles (C.D.U.) referiu que compreende as necessidades de arranjar receita mas nesta altura em que ficou inviabilizada a aquisição de habitação pelos jovens devido a política do Governo P.S.D. / C.D.S., o município ao optar por uma taxa a caminho das mais altas está a agravar a situação. Era mais aceitável uma taxa de 1 %. -----

-----Colocada á votação foi a proposta aprovada por maioria e em minuta com 24 votos a favor (9 do P.S.D., 8 do B.P., 5 do P.S. e 2 do C.D.S./P.P.) e 2 votos contra (2 da C.D.U.). ----

----- **DERRAMA:** Foi presente a seguinte proposta da Câmara Municipal: “O artigo 18.º da Lei n.º 42/98 prevê que as Câmaras Municipais possam lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 10% sobre a colecta do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (I.R.C.) que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado na sua área -----

ACTA N.º 7/2002 – Reunião de 03 de Outubro de 2002

geográfica por sujeitos passivos que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Nos termos do n.º 2 do artigo 18.º do citado normativo legal a derrama pode ser lançada para reforçar a capacidade financeira ou no âmbito da celebração de contratos de equilíbrio financeiro. Tendo em conta a necessidade de aproveitamento de todas as fontes de receita com vista à concretização do Plano de Actividades respectivo e realização dos objectivos e prioridades, previstos, a Câmara Municipal de Bombarral delibere em sua reunião de 09.09.2002, deliberou nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 42/98, de 06 de Agosto, solicitar à Assembleia Municipal a aprovação do lançamento de uma derrama de 10% sobre a colecta do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (I.R.C.) a liquidar no ano 2003 que se destinará a reforçar a capacidade financeira do município, ficando a receita afectada ao financiamento do desenvolvimento da área de actividades económicas (centro empresarial).”

-----O senhor Presidente da Câmara informou que estava previsto cobrar € 209.495,12 e até ao momento foram recebidos € 215.190,20.-----

-----O senhor Fernando Venâncio (B.P.) disse entender que as Câmaras Municipais não deviam lançar a Derrama porque é um imposto que incide sobre os lucros das empresas e para cativar mais investimento este imposto não devia ser lançado.-----

-----A D. M.ª Los Angeles (C.D.U.) disse não concordar que um imposto extraordinário passe a ordinário e se fixe sempre a taxa mais elevada e haja uma justificação não credível. Já em 2000 e 2001 a justificação foi a mesma e a obra ainda não foi iniciada. As empresas sediadas no Bombarral não subsidiam outras actividades por estarem descapitalizadas e estamos mais uma vez a penalizar os pequenos investidores ainda por cima não se justificando de facto para onde se está a lançar o imposto.-----

-----O senhor Victor Garcia (C.D.S./P.P.) disse não concordar com o lançamento da Derrama. Com a crise que o país atravessa isto não dá nenhum incentivo e a justificação dada é evasiva e nunca é aplicado o dinheiro onde se diz.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que sendo a Derrama um custo de exercício é também apresentado como despesa no ano em que é efectuada. Reconhece que a Câmara não podia deixar de procurar essa fonte de receita.-----

-----O senhor Fernando Venâncio (B.P.) disse que a Derrama é acrescida ao lucro tributado. Como é um imposto extraordinário não concorda que se transforme num imposto obrigatório pelo que defende que não deve haver Derrama.-----

-----Pelas 23.40 horas e a pedido do grupo do Bombarral Primeiro foram os trabalhos interrompidos por 5 minutos.-----

-----Pelas 23.50 horas foram os trabalhos reatados.-----

-----Colocada á votação foi a proposta aprovada por maioria e em minuta com 9 votos a favor (9 do P.S.D.), 14 abstenções (8 do B.P., 5 do PS. E 1 do C.D.S./P.P.) e 3 votos contra (1 do C.D.S./P.P. e 2 da C.D.U.).-----

-----**CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO:** Foi presente proposta da Câmara Municipal para contracção de empréstimo a médio / longo prazo e que se anexa á presente acta.-----

-----O senhor Presidente da Câmara prestou esclarecimentos sobre a justificação deste pedido de empréstimo e fez distribuição de cópia de ofício da Associação de Municípios do Oeste.-----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) começou por felicitar o senhor vereador da cultura pela qualidade gráfica do catálogo do Festival de Musica bem como do respectivo programa. Disse que no Plano de Actividades para 2002 havia dois grandes objectivos e neste empréstimo não há nada sobre o Falcão. Pergunta se esta zona de actividades económicas vai ser realizada com capitais próprios ou se houve um esquecimento. Quanto ao ofício da A.M.O. o

ACTA N.º 7/2002 – Reunião de 03 de Outubro de 2002

que está a ver é um pedido de esclarecimento ao senhor Ministro das Cidades. Entende que é uma forma enviesada de fugir as questões. Entende que este empréstimo é ilegal. As Águas do Oeste obviamente vão fazer obras com o apoio dos fundos de coesão mas isto não é uma participação da Câmara em nenhuma obra. Se houver algum documento que responda á questão colocada agradecia que lhes fosse dada cópia. -----

-----A D. M.^a Los Angeles (C.D.U.) disse que quando viram este pedido de empréstimos e lembraram da última sessão da Assembleia Municipal. A estratégia continua a ser fazer de conta. Sabiam ter razão quando chumbaram o orçamento e quando votaram contra em 03 de Julho. Este executivo definitivamente não tem qualquer estratégia para o desenvolvimento do concelho. Logicamente não pode pactuar com este aumento desenfreado da dívida através de empréstimos e com falta de planificação. Não sabe como é que alguém pode ser chamado autarca por excelência nestas circunstâncias.-----

-----A D. Susana Manco (P.S.) referiu que o ofício da A.M.O. é um pedido de esclarecimento ao senhor Ministro das Cidades e não uma justificação. Relativamente á biblioteca municipal falta o plano de pormenor e sem isso não pode haver financiamento. Perguntou se o senhor Presidente da Câmara sabe que se está numa época de contenção. ----

-----O senhor Presidente da Câmara informou que na reunião com o senhor Ministro das Cidades foi dito que esta matéria era enquadrável. Não há nenhum investimento dos municípios que seja coberto a 100%. Quanto á zona de actividades económicas do Falcão que consta no PPI espera muito em breve ter o caderno de encargos para abrir concurso. Espera que o P.P. do Falcão corra com celeridade mas se calhar só o terá no 2.º semestre de 2003. Quanto ás questões colocadas pela D. M.^a Los Angeles disse que politicamente gostaria de saber se acha que as populações merecem continuar a ser causticadas e a não terem acesso ás melhorias que o plano propõe. A obra feita no concelho é da responsabilidade de um conjunto de pessoas que fizeram o melhor que puderam para aproveitarem os fundos comunitários. Pensa que só um estádio de pensamento demasiado conservador não entende que se deve proporcionar o desenvolvimento da instituição. Se houve algum apuro foi na procura de dotar o concelho de infra-estruturas lembrando que no I Q.C.A. fomos o 1.º concelho a atingir os 100% do respectivo investimento. Em tempos próximos irá trabalhar em termos de libertar do sufoco do endividamento. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (B.P.) frisou um aspecto importante – para as obras serem realizadas a Câmara Municipal tem de arranjar 100 mil contos de capital próprio para poder receber os fundos comunitários. Pensa que o executivo devia apresentar uma proposta de saneamento financeiro para se saber onde se ia buscar essa verba. Com a realização deste empréstimo fica-se com a capacidade de endividamento quase esgotada. O próximo O.GE. prevê a diminuição da capacidade de endividamento. Onde se irá buscar mais fundos para realizar obra? -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PS.D.) disse que temos de decidir se queremos ou não fazer obra e se para tal esgotamos ou não a capacidade de endividamento para aproveitar as verbas do Q.C.A.. Quanto ao facto das verbas servirem para amortizar a dívida, está claro que se este empréstimo for aprovado outras verbas ficarão disponíveis para esse fim.-----

-----O senhor António Timóteo (C.D.U.) perguntou se quando se previu as obras em orçamento não se sabia qual era a comparticipação da autarquia e porque é que não se previu a necessidade de contrair o empréstimo na altura. Questionou igualmente porque é que só aparecem propostas de duas instituições bancárias quando a lei prevê três. -----

ACTA N.º 7/2002 – Reunião de 03 de Outubro de 2002

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) disse não ficar minimamente convencido com as explicações. A resposta do Ministro das Cidades é fundamental. Não estão em condições de votar favoravelmente.-----

-----O senhor João Manuel Alves (C.D.S./P.P.) disse que este ponto da ordem do dia os deixa apreensivos. Numa primeira leitura percebem a ideia e a necessidade das obras. Ficam com muitas dúvidas sobre a situação de endividamento da autarquia e sobre a forma de a colmatar. Percebem que as obras são importantes mas ao aprovarem este empréstimo o futuro da Câmara pode ficar hipotecado. As explicações do senhor Presidente da Câmara deixaram as dúvidas que tinham e mais algumas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que os investimentos previstos são para 2003 sendo crucial imprimir maior andamento aos investimentos do III Q.C.A.. A consulta foi feita a todas as instituições bancárias instaladas no Bombarral mas apenas duas responderam.

-----A D. Susana Manco (PS.) lembrou ao senhor João Paulo Hermenegildo que estamos no século XXI. Abastecimento de água e rede de esgotos já deviam existir. Não se pode chegar aqui e apelar ao sentido de voto dizendo que não querem fazer isto. Já devíamos ter sabido aproveitar melhor todas as formas de incentivo. O senhor Presidente da Câmara não os está a convencer porque se preocupam com o futuro do concelho. Quem vier a seguir se calhar não terá dinheiro nem para comprar um clip. Estão aqui porque se interessam pelo futuro do concelho.-----

-----O senhor Fernando Venâncio (B.P.) disse não haver ninguém que não queira fazer obra. Querem que a qualidade de vida dos bombarralenses seja a melhor mas as obras têm de ser pagas. Não vê como é como tudo isto se vai encaixar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que o governo concedeu às autarquias a derrogação do prazo com que o III Q.C.A. de apoio foi iniciado em Bruxelas.-----

-----O senhor Victor Garcia (C.D.S./P.P.) disse estar mais do que evidente que todos desejam obra. Não o preocupa o endividamento mas sim que não se veja obra feita. Se o executivo não tivesse desprezado a comissão do orçamento hoje seria mais fácil.-----

-----Colocada a votação foi a proposta reprovada com 16 votos contra (8 do B.P., 5 do PS., 1 do C.D.S./P.P. e 2 da C.D.U.), 1 abstenção (1 do C.D.S./P.P.) e 9 votos a favor (9 do PS.D.).-----

-----Dado o adiantado da hora, pelas 01.05 horas o senhor presidente da Assembleia colocou á consideração do plenário a continuação dos trabalhos hoje ou noutra data a marcar.

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal propôs o prolongamento dos trabalhos por mais uma hora.-----

-----Foi deliberado por maioria reprovando esta proposta com 8 votos a favor (8 do P.S.D.), 2 abstenções (1 do P.S.D. e 1 do P.S.) e 16 votos contra (8 do B.P., 4 do P.S., 2 do C.D.S./P.P. e da C.D.U.).-----

-----Pelos 01.30 horas foi a reunião encerrada, marcada a continuação da sessão para dia 18 de Outubro, pelas 21.00 horas na sede da Associação Cultural e Recreativa do Cintrão, e lavrada a presente acta que vai ser devidamente assinada pelos membros da Mesa depois de lida e achada conforme.-----

O Presidente:

O 1.º Secretário:

ACTA N.º 7/2002 – Reunião de 03 de Outubro de 2002

O 2.º Secretário: